

# Comparação entre os conceitos de *self* na FAP, na ACT e na obra de Skinner

Comparing the concept of *self* in FAP, ACT, and in Skinner's work

Comparación de los conceptos de *self* entre FAP, ACT y en la obra de  
Skinner

Fernanda Resende Moreira<sup>1</sup>

Elisângela Ferreira da Silva<sup>2</sup>

Gabriela de Oliveira Lima<sup>1</sup>

Daniel Afonso Assaz<sup>3</sup>

Claudia Kami Bastos Oshiro<sup>4</sup>

Sonia Beatriz Meyer<sup>4</sup>✉

Universidade de São Paulo

## RESUMO

Diversos autores da Análise do Comportamento debatem sobre o conceito de *self*, incluindo B. F. Skinner, os proponentes da Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) e da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT). Entretanto, apesar da relevância dessas duas modalidades terapêuticas, as discussões a respeito do *self* têm carecido de uma integração entre as propostas. O presente artigo tem como objetivo fazer um breve levantamento sobre a noção de *self* na obra de Skinner e nos escritos da FAP e da ACT, apontando diferenças e semelhanças. Para isso, foi apresentado o processo de construção do conceito de *self* desde as formulações preliminares a respeito do Eu na obra Skinneriana, passando pelos textos da FAP e da ACT. A partir dessas definições, foram descritos padrões de interação entre o indivíduo e o ambiente em termos de relações funcionais e princípios comportamentais, culminando em três categorias diagnósticas funcionais que exemplificam os problemas psicológicos mais relatados nos consultórios.

**Palavras-chave:** *self*; clínica analítico-comportamental; terapias de terceira onda; terapia analítica funcional; terapia de aceitação e compromisso.

<sup>1</sup> Mestranda pelo Departamento de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo sobre orientação da quinta autora.

<sup>2</sup> Membro do Laboratório de Terapia Comportamental da Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> Doutorando no Departamento de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo sobre orientação da quinta autora.

<sup>4</sup> Docente do Departamento de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo.

✉ luc.m.vandenbergh@gmail.com

## ABSTRACT

Several behavioral analysts have extensively debated about the self, including B. F. Skinner and the proponents of the Functional Analytic Psychotherapy (FAP) and Acceptance and Commitment Therapy (ACT). Despite the current relevance of these two psychotherapies, their discussions regarding the self lacks integration. This paper aims to present a brief assessment of the similarities and differences regarding the concept of self in Skinner's work, FAP and ACT literature. To do so, this paper reviews the construction process of the concept of self, starting from preliminary formulations in Skinner's work and working its way through FAP's and ACT's texts. Stemming from these definitions, interaction patterns between the individual and the environment are described in terms of functional relations and basic behavioral principles, resulting in three functional diagnostic categories that exemplifies the psychological issues most reported in clinical practice.

**Keywords:** self; clinical behavior analysis; third wave psychotherapies; functional analytic psychotherapy; acceptance and commitment therapy.

## RESUMEN

Diversos autores del Análisis del comportamiento debaten sobre el *self*, incluso B.F. Skinner y los que proponen la Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) y la Terapia de Aceptación y Compromiso (ACT). Aunque la FAP y la ACT sean terapias muy relevantes, la discusión sobre el self no ha promovido una integración entre las partes. El objetivo del presente artículo es examinar el concepto del self en el trabajo de Skinner y en la literatura de la FAP y la ACT y describir las semejanzas y diferencias entre estas concepciones. Con esta finalidad, se detalla la construcción del concepto del self desde los escritos de Skinner sobre el Yo, pasando por los textos de la FAP y la ACT. A continuación, se describen patrones de interacción entre el individuo y su ambiente en términos de relaciones funcionales y principios conductuales básicos, llevando a tres categorías diagnósticas funcionales que ejemplifican los problemas psicológicos encontrados en la práctica clínica.

**Palabras clave:** self, clínica analítico comportamental, terapias de tercera generación, terapia analítica funcional, terapia de aceptación y compromiso.

Em sua obra *Sobre o behaviorismo*, B. F. Skinner lista 20 afirmações comumente feitas a respeito do behaviorismo radical, incluindo, em sétimo lugar, que ele “não atribui qualquer papel ao Eu ou à consciência do Eu” (Skinner, 2006/1974, p. 8). Se essa asserção fosse verdadeira, a Análise do Comportamento (ciência baseada na filosofia do behaviorismo radical) estaria em oposição a outras

abordagens psicológicas e ao senso comum, uma vez que o Eu, *self*, personalidade, identidade e outros termos relativos à relação do indivíduo com ele mesmo são de extrema relevância dentro da Psicologia e vida cotidiana (Meyer et al., 2015). As pessoas afirmam possuir um senso de *self*; inclusive, procuram psicoterapia com queixas como “não sei quem eu sou” ou “quero me

conhecer melhor”. Ademais, psicólogos humanistas e psicodinâmicos enfatizam o papel do Eu em terapia (e.g., Freud, 1996/1923; Perls, Hefferline, & Goodman, 1997/1951; Rogers, 1982/1961; Kohut, 1988/1971), e o DSM-V inclui uma sessão inteira sobre transtornos de personalidade, além de utilizar “perturbações de identidade” como critério diagnóstico de algumas condições, como do transtorno de personalidade borderline (APA, 2014). Assim, se a afirmação acima for tida como verdadeira, a Análise do Comportamento correria o risco de isolar-se de outras abordagens psicológicas e colocar-se em uma delicada posição de invalidar o senso de *self* experienciado por seres humanos, não sendo uma abordagem capaz de lidar com essas queixas em psicoterapia (Kohlenberg & Tsai, 1991).

Todavia a continuação do livro de Skinner e um breve levantamento da literatura analítico-comportamental moderna revelam que a frase acima (“não atribui qualquer papel ao Eu ou à consciência do Eu”) é falsa. A questão do *self* tem sido debatida por diversos autores da área, inclusive pelo próprio Skinner (Skinner, 2000/1953; 2006/1974; 1991/1989) e pelos proponentes das terapias de terceira onda, como a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP; Kohlenberg & Tsai, 1991) e a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT; Hayes, Strosahl, & Wilson, 2012). Entretanto, apesar da relevância dessas duas modalidades terapêuticas na clínica analítico-comportamental, essas discussões sobre o conceito de *self* têm carecido de uma integração entre as propostas. Nesse sentido, alguns autores argumentam que tal aproximação não seria possível em função do distanciamento filosófico e teórico dessas modalidades terapêuticas do behaviorismo radical de Skinner (e.g., Guilhaardi, 2001).

O presente artigo tem como objetivo fazer um levantamento sobre o conceito de *self* na obra de B. F. Skinner e nos escritos da FAP e da ACT, buscando explicitar semelhanças e diferenças entre as definições e formulando uma análise crítica sobre os resultados. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica exploratória (Gil, 2002) utilizando-se os principais trechos das obras em que Skinner aprofunda a discussão sobre o conceito de *self* (Skinner, 2000/1953; 2006/1974; 1991/1989), os primeiros dois livros da FAP (Kohlenberg & Tsai, 1991; Tsai et al., 2008/2009), um artigo cujo tema central é o conceito de *self* pela ótica da FAP (Kanter, Parker, & Kohlenberg, 2001) e dois livros centrais para a ACT (Hayes et al., 2012; Luoma, Hayes, & Walser, 2007), além de artigos da linha de pesquisa de Carmen Luciano e colaboradores (Foody, Barnes-Holmes, Barnes-Holmes, & Luciano, 2013; Foody, Barnes-Holmes, Barnes-Holmes, Rai & Luciano, 2015; Luciano et al., 2011; Törneke, Luciano, Barnes-Holmes, & Bond, 2016). Posteriormente, foram propostas quatro categorias de análise para a comparação das semelhanças e diferenças entre as definições: conceito explicativo, contingências históricas do *self*, contingências situacionais e problemas relacionados ao *self*.

### **SELF NA OBRA DE B. F. SKINNER**

Ao tratar do conceito de *self*, Skinner aborda o termo em seu caráter explicativo e descritivo (Skinner, 2000/1953; 2009/1974; 1991/1989). No primeiro caso, o autor critica enfaticamente a ideia do *self* como uma entidade causadora do comportamento, que se utilizaria do organismo (corpo) para satisfazer suas vontades (Skinner, 2009/1974). O *self* seria um exemplo de uma causa fictícia e mentalista (assim como “mente”) que desloca os determinantes comportamentais da

interação organismo-ambiente para dentro do indivíduo, visto como o eu iniciador (Skinner, 1991/1989). A rejeição do *self* como explicação do comportamento por parte de Skinner e dos demais behavioristas radicais deriva de dois argumentos principais. O primeiro se refere ao fato de que, ao postular o *self* como causa, os psicólogos se depararam com um novo e mais complexo problema: explicar o *self* e como ele é capaz de causar o comportamento, ou seja, gera mais perguntas do que respostas. Em segundo lugar, a postulação de causas internas dificulta sua manipulação e, portanto, interfere com o principal objetivo da Análise do Comportamento: previsão e controle do comportamento (Moore, 2008).

No segundo caso, Skinner observa o relato de pessoas a respeito da existência de um *self* e, entendendo-o como uma instância de comportamento, busca identificar as contingências, históricas e atuais, responsáveis pela sua ocorrência. Inicialmente, Skinner (2000/1953) argumenta que o “eu é simplesmente um artifício para representar um sistema de respostas funcionalmente unificado” (p. 312) e explica que “pode se referir a um modo de ação comum” (p. 312). Além disso, admite a multiplicidade desses sistemas organizados de respostas/modos de ação comum, dentro de uma mesma pele (diferentes eu), que podem relacionar-se entre si.

Apesar de o autor não fornecer definições mais operacionais sobre o que seriam esses sistemas de respostas funcionalmente unificados, explica que eles são agrupados por diferentes tipos de características compartilhadas: função antecedente, função consequente ou topografia (Skinner, 2000/1953), por exemplo, o padrão de “bom filho” é evocado pelo contexto familiar (antecedente), o padrão “carismático” produz aproximação de

outras pessoas (consequente), e o padrão “agressivo” tem uma forma característica, apesar de possuir funções variadas (topografia). Os sistemas podem ser incompatíveis, o que não é um problema em si quando cada uma das contingências que ativam um sistema é apresentada alternadamente. Como exemplo, Skinner cita um crente que, no ambiente religioso, mostra-se calmo e tranquilo, mas, no ambiente de trabalho, pode apresentar padrões de resposta agressivos. A incompatibilidade dos diferentes *self* torna-se um problema quando tais contingências são apresentadas simultaneamente, evocando sistemas diferentes de respostas incompatíveis. Nesse sentido, ao realizar uma transação profissional com outra pessoa da comunidade religiosa, os padrões de passividade e agressividade poderiam entrar em conflito. O autor, em 1953, por vezes refere-se a esses sistemas unificados de respostas como *self*, outras vezes como pessoa e personalidade, não explicitando diferença entre os termos (Skinner, 2000/1953).

Posteriormente, Skinner (2009/1974) relaciona o *self* e a imagem de si mesmo com a auto-observação. Contingências específicas são capazes de levar inclusive organismos não humanos a atentar para si mesmos e responder discriminativamente ao próprio comportamento (Pliskoff & Goldiamond, 1966; Lattal, 1975). No caso dos seres humanos, a comunidade verbal (i.e., grupo de falantes e ouvintes) é responsável por refinar e tornar mais complexas essas contingências – inicialmente, dando modelo, observando padrões de comportamento e inferindo eventos privados a partir de eventos públicos; posteriormente, modelando as afirmações do indivíduo a respeito de seu próprio comportamento, por meio de perguntas (“O que você está sentindo?” ou “O que você fez?”) e

feedbacks (“Sim, você parece triste” ou “Não, você foi ao parque ontem”) (Skinner, 1945). A comunidade verbal ensina o indivíduo a se conhecer, uma vez que isso a permite prever seu comportamento futuro e reagir de acordo. Posteriormente, o autoconhecimento passa a ser importante para a pessoa, favorecendo a regulação do próprio comportamento e o autocontrole (Skinner, 2000/1953; 2009/1974). Nessa direção, o autor salienta que a noção de *self* está relacionada com o repertório de conhecer o próprio comportamento (Skinner, 2000/1953).

Ao manter a ideia de que “diferentes contingências criam diferentes pessoas dentro da mesma pele” (Skinner, 2009/1974, p. 145), que surgem a depender das contingências em vigor e, portanto, de vários *self* dentro de uma mesma pele, Skinner (2009/1974) argumenta que a auto-observação e o autoconhecimento são os caminhos pelos quais uma pessoa pode estar em contato consigo mesma e conhecer seus diferentes *self*. Porém ele também ressalta que mudanças nessas contingências atuam no repertório do sujeito e que mudanças bruscas na contingência podem produzir um sentimento de pouco ou nenhum reconhecimento de si mesmo. Por exemplo, imagine uma mulher que sempre emitiu respostas descritas como “honestas” e passa a roubar dinheiro de seu patrão para comprar o remédio de sua filha que está no leito de morte – resposta que é comumente descrita pela comunidade como “desonesta”<sup>5</sup>. A alteração nas contingências (doença da filha) não só evoca novas respostas (roubo) como também uma sensação de ser outra pessoa realizando essa ação “desonesta”, e não ela mesma.

Finalmente, em 1989, Skinner altera sua própria conceituação, distinguindo entre os conceitos de

“pessoa/personalidade” e “*self*”. O que se denomina como “pessoa” é um padrão unificado de respostas e é produto da história ontogenética, enquanto o que se denomina como “*self*” são tendências de respostas encobertas – como sentimentos, pensamentos e predisposições comportamentais – possibilitadas pelo desenvolvimento da cultura no que tange ao ensino do comportamento verbal pela comunidade (Skinner, 1991/1989).

A partir do desenvolvimento científico e de novas análises sobre o conceito de *self*, Skinner assumiu que o conceito do qual falava anteriormente, em 1953, na verdade, descreve o termo pessoa/personalidade enquanto repertórios comportamentais do organismo passíveis de serem observados publicamente. Diante disso, Skinner passa a descrever *self* como a percepção de condições corporais privadas produzidas por contingências de reforçamento e que adquiriram função discriminativa pelas contingências verbais. Nesse sentido, o acesso ao *self* se faz pelos relatos de sentimentos e não se relaciona a um padrão de respostas abertas que são evocadas a depender da contingência, e sim de eventos encobertos particulares de cada sujeito, produzidos pelas contingências de reforçamento (Skinner, 1991/1989). Para tatear o que Skinner chama de “pessoa”, bem como de “*self*”, é necessário que o indivíduo seja capaz de observar o seu comportamento e discriminar tanto seus padrões públicos quanto seus eventos privados. Dificuldades da comunidade verbal em modelar os repertórios de auto-observação e autoconhecimento, seja por falta de investimento ou dificuldades em discriminar o comportamento do indivíduo (especialmente respostas privadas) por parte dos cuidadores, acarretam déficits no repertório de autoconhecimento (Skinner, 1945).

---

<sup>5</sup>Exemplo dos autores.

Essa mudança teórica no conceito de *self* é de grande importância, pois ela influencia as outras conceituações na Análise do Comportamento, como o conceito de *self* na Psicoterapia Analítica Funcional (FAP), discutido na próxima seção, que ocupa um papel importante no modelo dessa terapia.

### SELF NA PSICOTERAPIA ANALÍTICA FUNCIONAL (FAP)

A Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) é uma terapia de terceira onda (Hayes, 2004) com o foco na interação entre terapeuta e cliente, no "aqui e agora" da sessão terapêutica (Kohlenberg & Tsai, 1991; Tsai et al., 2011). Seu pressuposto fundamental é o de que muitos dos comportamentos dos clientes em sessão são funcionalmente semelhantes aos que ocorrem fora de sessão, de modo que os comportamentos que promovem prejuízo na qualidade de vida e em relacionamentos interpessoais do cliente surgiram na relação terapêutica e poderiam ser consequenciados diferencialmente pelos terapeutas FAP e, assim, modelados (Kohlenberg & Tsai, 1991).

No âmbito explicativo, os proponentes da FAP concordam com a perspectiva Skinneriana de *self* e descartam qualquer valor explicativo do termo (Kohlenberg & Tsai, 1991; Kanter et al., 2001). Entretanto os autores reconhecem a existência do senso de *self* e oferecem uma proposta para o desenvolvimento ontogênico dessa experiência.

A proposta da FAP descreve o processo histórico, dividido em três estágios, responsável pela emergência do Eu como uma unidade funcional<sup>6</sup>

(Kohlenberg & Tsai, 1991). De modo congruente com a perspectiva Skinneriana, esse processo seria fruto de uma aprendizagem social iniciada pela modelação e modelagem feita pelos membros da comunidade verbal (Figura 1). No estágio 1, a criança aprende diversas unidades extensas e independentes pela modelação e modelagem, como "eu quero água", "eu vejo o cachorro" e "eu me sinto triste". Entretanto, diferentemente da proposta de Skinner, o processo de abstração (cf. Skinner, 2000/1953) assume importância central. Após múltiplos contatos com essas contingências verbais, no estágio 2, o indivíduo é capaz de abstrair os elementos comuns a elas, gerando unidades funcionais menores, como eu quero", "eu vejo" e "eu me sinto". Um número ainda maior de experiências permite atingir o estágio 3 pela abstração de outro elemento comum a todas essas instâncias, no caso, o Eu (Kohlenberg & Tsai, 1991; Kanter et al., 2001; Tsai et al., 2011).

Dessa forma, ao final do processo, as respostas verbais dos estágios 2 (e.g., "Eu quero", "Eu sinto", "Eu vejo") e 3 ("Eu") deverão estar sob o controle do próprio comportamento do indivíduo e, portanto, menos dependentes do controle social. Afinal, o objeto que a pessoa está vendo é variável, mas o ato de ver permanece constante; similarmente, os sentimentos mudam de acordo com as contingências em vigor, mas o sentir mantém-se inalterado. Em todos os casos, é o indivíduo que realiza esses comportamentos, e a perspectiva do Eu permanece. Dessa forma, a resposta verbal "Eu" seria emitida sob o controle de eventos privados relativamente estáveis ao longo do tempo e de contextos ambientais (Kohlenberg & Tsai, 1991; Kanter et al., 2001).

<sup>6</sup>Uma unidade funcional (o mesmo que classe funcional) seria um conjunto de ações que podem ser mais bem caracterizadas como uma resposta única por serem emitidas em sequência e estarem sob

o mesmo controle antecedente e consequente. Nesse sentido, sílabas, palavras e até frases inteiras podem fazer parte de uma unidade funcional a depender da sua história de aprendizagem (Catania, 1999; Kohlenberg & Tsai, 1991).

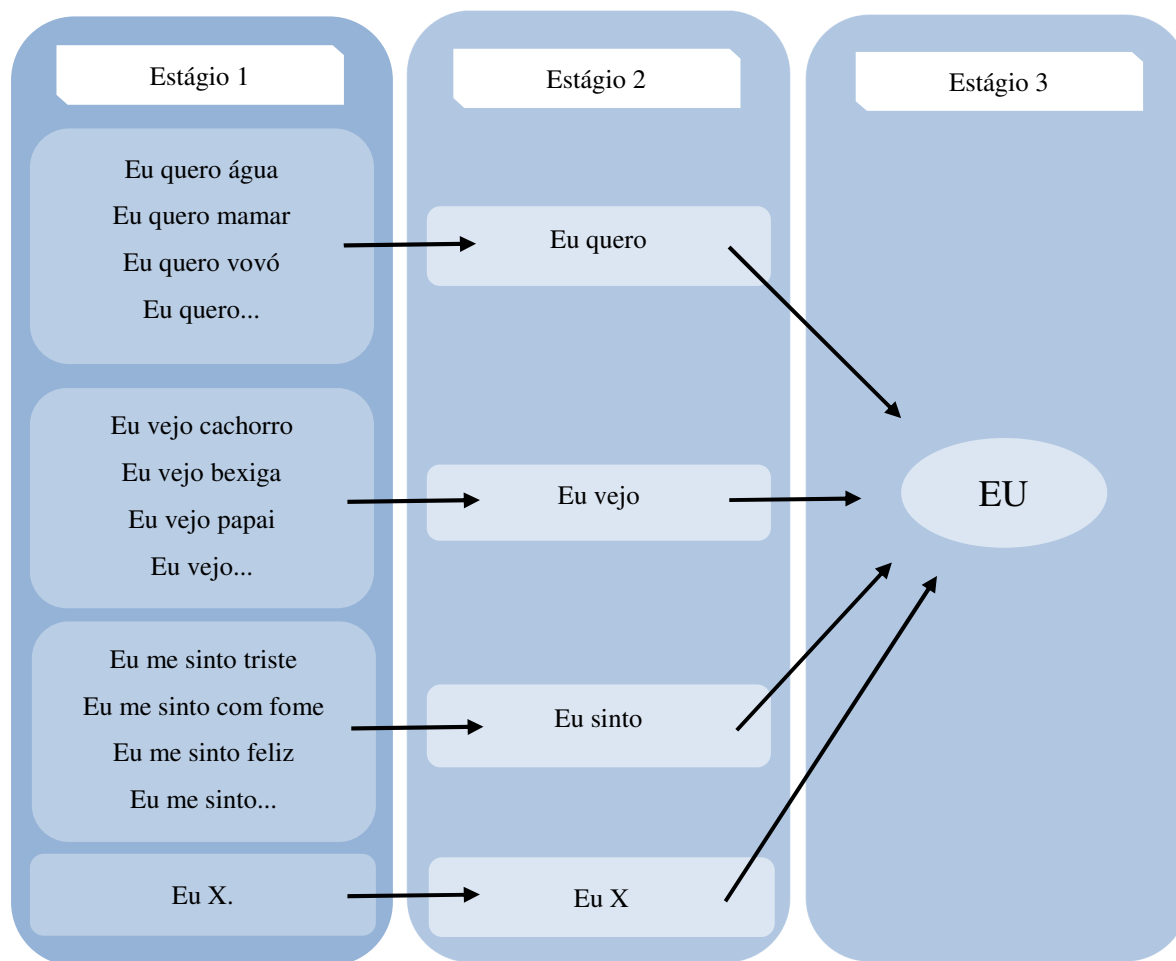


Figura 1. Estágios da construção do senso de *self* segundo a proposta da Psicoterapia Analítica Funcional (FAP). Figura adaptada de Tsai et al. (2011).

Porém, ao conceituar o *self* como uma resposta verbal decorrente de um processo histórico sócio-verbal, os autores da FAP concordam com Skinner (2000/1953) em afirmar que diferenças nessas contingências produzirão sentidos de *self* distintos. As dificuldades encontradas pelos cuidadores em inferir eventos privados corretamente a partir de dicas ambientais e, conseqüentemente, modelar de modo adequado o repertório de autoconhecimento são especialmente discutidas pelos proponentes da FAP. Eles apontam que os cuidadores podem reforçar falas a respeito de si sem a presença da estimulação privada (e.g., dizer que a criança está com fome porque é meio-dia, e não porque ela apresenta sinais de fome) e punir falas a respeito de si a despeito de estimulação privada coerente

(e.g., afirmar que o machucado é pequeno e não está doendo, apesar da dor experienciada pelo indivíduo). Ambos os episódios prejudicam o processo de abstração por dificultar a identificação do elemento comum e favorecem com que falas do indivíduo estejam sob o controle de aspectos sociais e não de seus eventos privados, prejudicando o desenvolvimento de um senso de *self* particular (Kohlenberg & Tsai, 1991; Kanter et al., 2001). Essa forma de “controle público do senso de *self* é um fator primordial no desenvolvimento de transtornos do *self* em nossa cultura” (Tsai et al., 2011/2009, p. 147).

Outra terapia de terceira onda que merece destaque nesta discussão sobre o *self* é a Terapia de

Aceitação e Compromisso (ACT), apresentada na próxima seção.

### **SELF NA TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO (ACT)**

A Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) é também uma terapia de terceira onda cujo objetivo é o desenvolvimento de flexibilidade psicológica pelo favorecimento de seis processos inter-relacionados: aceitação, defusão cognitiva, contato com o momento presente, senso de *self* como contexto, valores e ação comprometida (Hayes et al., 2012). Assim, o *self* ocupa papel central no modelo de tratamento da ACT. Para entender o significado do termo “senso de *self* como contexto”, faz-se necessário compreender alguns elementos da Teoria das Molduras Relacionais (RFT), uma proposta analítico-comportamental para a linguagem e cognição humana, intimamente ligada ao desenvolvimento da ACT (cf. Dymond & Roche, 2013; Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2001).

O principal argumento da RFT é o de que o repertório de responder relacional arbitrariamente aplicável (RRAA) é a base da linguagem e cognição. Em outras palavras, é a capacidade de responder a um estímulo em função de suas relações simbólicas com outros. Por exemplo, uma pessoa pode aprender que tanto a palavra escrita ARANHA quanto a palavra falada “aranha” se referem ao animal aranha. Nesse caso, o indivíduo aprendeu uma relação de igualdade entre um estímulo textual, um estímulo auditivo e um estímulo visual, que não compartilham propriedades topográficas. É, portanto, capaz de responder ao estímulo auditivo “aranha” como se respondesse ao animal (por exemplo, com medo):

ambos são funcionalmente semelhantes (Hayes et al., 2001).

O repertório de RRAA seria fruto de uma história ontogênica de treinos com múltiplos exemplares (MET), no qual o indivíduo é reforçado diferencialmente ao responder a relações entre estímulos que compartilham propriedades formais (Rehfeldt, Barnes-Holmes, & Hayes, 2009). A repetição dessa aprendizagem com múltiplos pares de estímulos (e.g., carro, brinquedo, árvore) em múltiplas propriedades (e.g., cor, tamanho, peso) permite a abstração (conceito descrito por Skinner, 2000/1953) de dicas verbais que indicam o tipo de relação entre estímulos, como de coordenação (i.e., equivalência), oposição, distinção, comparação, hierarquia, temporalidade, causalidade. No exemplo da aranha, palavras como “igual”, “semelhante” e “parecido” são tipos de dicas verbais que sinalizam uma relação de coordenação entre os estímulos topograficamente distintos.

Uma vez abstraída, as dicas acima podem exercer controle contextual e serem utilizadas para relacionar estímulos arbitrários, evocando um padrão de resposta característico decorrente da relação simbólica estabelecida. Cada um dos conjuntos de dicas e o padrão de resposta evocado por ele é denominado “moldura relacional”. Todas as molduras relacionais possuem três características distintivas: implicação mútua, implicação combinatória e transformação de função. Os primeiros dois termos descrevem como, a partir do estabelecimento de algumas relações entre estímulos (A-B e B-C), outras serão derivadas pelo indivíduo sem a necessidade de serem ensinadas diretamente: B-A e C-B (implicação mútua); A-C e C-A (implicação combinatória). Assim, ao aprender que a palavra escrita ARANHA é igual ao animal aranha, o



indivíduo é capaz de derivar que o animal também é igual à palavra escrita. Já transformação de função se refere ao fato de que estímulos têm suas funções alteradas devido às suas relações simbólicas, diretas e derivadas com outros estímulos. Assim, funções de estímulo adquiridas pela figura da aranha podem ser transferidas para a palavra (e vice-versa), eliciando e evocando respostas similares, como medo e esquiva (cf. Hayes et al., 2001).

Retornando à questão do *self*, os proponentes da ACT adotam os pressupostos filosóficos do externalismo e do funcionalismo (Hayes, Barnes-Holmes & Wilson, 2012), mantendo-se coerentes com a proposta Skinneriana de não atribuir um papel causal ao *self* como um agente interno responsável pela produção do comportamento.

Ainda coerente com Skinner e com a FAP, os autores da ACT defendem que a auto-observação e o autoconhecimento são de origem social, oriundos do processo de modelação e modelagem da comunidade verbal. Entretanto, com base na RFT, esses autores afirmam que, quando o próprio comportamento adquire função de estímulo, ele é passível de ser integrado em relações simbólicas (Dymond & Barnes, 1994; 1995; 1996), de modo que o indivíduo é capaz de, por exemplo, coordenar sua experiência com outros estímulos (e.g., “O que estou sentindo é tristeza”), diferenciá-la de outras experiências (e.g., “Não estou com fome”) e compará-las com outras (e.g., “Agora a dor está menor do que antes”). Essas respostas relacionais com base no que o indivíduo está experienciando no momento constituem, em termos da ACT, o senso de *self* como processo, uma experiência fluída de eventos psicológicos que são constantemente alteradas em função da situação atual.

Um tipo de moldura relacional extremamente importante para continuar a discussão a respeito do *self* na ACT são as molduras dêiticas, construídas a partir da perspectiva do indivíduo, como eu/você, aqui/ali, agora/depois (Barnes-Holmes, Barnes-Holmes, Roche, & Smeets, 2001; Stewart, 2013). Assim como as demais, elas são fruto de um treino com múltiplos exemplares, nesse caso, de interações, nos quais a perspectiva do falante e do ouvinte é diferente e importante para a compreensão (e.g., o que *eu* estou fazendo é diferente do que *você* está fazendo) (Heagle & Rehfeldt, 2006; Gould, Tarbox, O’Hora, Noone, & Bergstrom, 2011; Weil, Hayes, & Capurro, 2011; O’Neil & Weil, 2014). Dessa forma, assim como propõem os autores da FAP, a experiência do Eu surgiria por meio do processo de abstração de múltiplas experiências.

Uma vez abstraído, o Eu pode atuar como contexto relacional, evocando respostas relacionais e promovendo a transformação de função: “Eu estou no parque” é diferente de “Você está no parque”. Porém ele também pode atuar como estímulo e integrar diferentes relações simbólicas: “Eu sou agressivo”. A comunidade verbal reforça esse processo ao exigir a descrição de padrões de comportamento mais estáveis ao longo do tempo e contextos do que a experiência de cada momento. Afinal, é mais fácil prever o comportamento de um indivíduo que tende a ser agressivo do que o de um indivíduo que foi agressivo em um determinado momento (Luoma et al., 2007). Portanto o indivíduo passa a coordenar, distinguir e opor o Eu de algumas características com base no seu senso de *self* como processo (i.e., conjunto de experiências psicológicas do presente), emitindo respostas relacionais como “Eu sou tímido”, “Eu não sou engraçado” e “Eu sou o oposto de um vencedor”, por exemplo. Essas características

formam uma narrativa coerente de “quem sou eu” (Luoma et al., 2007; Villatte, Villatte, & Hayes, 2016). Nos termos da ACT, esse é o senso de *self* como conteúdo (Hayes et al., 2012).

A terceira experiência de *self* na ACT, o senso de *self* como contexto, é descrita como a perspectiva (ou o lugar) na qual as experiências psicológicas ocorrem (Hayes et al., 2012; Luoma et al., 2007). Ao considerar a multiplicidade de experiências psicológicas ao longo da vida do indivíduo, que apresentam grande diversidade e surgem e desaparecem de forma dinâmica, há um paradoxo com a aparente permanência de um mesmo Eu. Afinal, como algo fluido pode ser coordenado (ou colocado em distinção ou oposição) a algo fixo? A solução é encontrada no estabelecimento de uma relação verbal de hierarquia: o que sinto, penso e tenho vontade de fazer não sou eu, mas é parte de mim (Foody et al., 2013; 2015; Luciano et al., 2011; Törneke et al., 2016).

A perspectiva do senso de *self* descrita na ACT também indica um desenvolvimento ontogênico dessa experiência. De modo que variações nessa história podem alterar a experiência em questão. Em concordância com a obra de Skinner e a literatura da FAP, destaca-se o papel dos cuidadores no ensino da discriminação do próprio comportamento. Cuidadores ausentes ou pouco sensíveis prejudicarão o desenvolvimento de tal repertório.

Igualmente problemático é o fato de que a constituição do senso de *self* como conteúdo a partir de algumas experiências pode favorecer respostas rígidas, especialmente de fuga e esquivas. Uma pessoa que se rotula como tímida, por exemplo, estará também se opondo a

“extrovertido”, “sociável” e, conseqüentemente, incapaz de conversar com outras pessoas. Essa rede de relações simbólicas é capaz de transformar a função de interações sociais, aumentando sua aversividade e, portanto, aumentando a probabilidade de o indivíduo ficar ansioso e esquivar-se de tais encontros (Törneke et al., 2016; Villatte et al., 2016). Ademais, a coerência das relações simbólicas é considerada um importante reforçador na perspectiva da RFT. Afinal, relações coerentes facilitam a resolução de problemas e relações incoerentes são punidas pelo ambiente social, de modo que, após uma longa história, a coerência é selecionada como reforçador condicionado. (Hayes et al., 2001; Villatte et al., 2016). Evidências experimentais preliminares têm sustentado essa afirmação (Bordieri, Kellum, Wilson, & Whiteman, 2015; Quiñones & Hayes, 2014; Wray, Dougher, Hamilton, & Guinther, 2012). Assim, respostas relacionais incongruentes com o senso de *self* como conteúdo possivelmente serão minimizadas e desmentidas pela própria pessoa, ainda que reflitam aspectos positivos e/ou verdadeiros de si (cf. Swann & Read, 1981a; 1981b).

#### ANÁLISE COMPARATIVA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS DEFINIÇÕES DE *SELF*

Após revisar as conceituações do *self* na obra de B. F. Skinner, na literatura da FAP e na literatura da ACT, é possível analisar as diferenças e semelhanças entre as propostas, principalmente em relação ao status causal do *self*, às contingências históricas que produzem o senso de *self*, às contingências situacionais que evocam essa experiência e a problemas psicológicos relacionados ao *self* (Tabela 1).

Tabela 1

Análise comparativa do *self* na obra de Skinner e na literatura da FAP e da ACT

	<b>Conceito Explicativo</b>	<b>Contingências históricas do <i>self</i></b>	<b>Contingências situacionais do <i>self</i></b>	<b>Problemas relacionados</b>
<b>Skinner 2000/1953</b>	Causa fictícia	Modelação e modelagem da comunidade verbal levam à discriminação do próprio comportamento.	1ª conceituação: sistema unificado de respostas.	Déficit de discriminação do próprio comportamento
<b>Skinner 1991/1989</b>	Causa fictícia	Modelação e modelagem da comunidade verbal levam à discriminação do próprio comportamento.	2ª conceituação: eventos privados.	Contingências conflitantes evocando diversos padrões de respostas diferentes.
<b>FAP</b>	Causa fictícia	Modelação e modelagem da comunidade verbal levam à discriminação do próprio comportamento e abstração do Eu.	Eventos privados.	Déficit de discriminação do próprio comportamento e senso de <i>self</i> “público”, instável.
<b>ACT (<i>self</i> como processo)</b>	Causa fictícia	Modelação e modelagem da comunidade verbal levam à discriminação do próprio comportamento; e treino de múltiplos exemplares leva à abstração do Eu, que atua como estímulo e variável contextual.	Eventos privados (no momento presente).	Déficit de discriminação do próprio comportamento.
<b>ACT (<i>self</i> como conteúdo)</b>	Causa fictícia	Modelação e modelagem da comunidade verbal levam à discriminação do próprio comportamento; e treino de múltiplos exemplares leva à abstração do Eu, que atua como estímulo e variável contextual	Relações simbólicas de coordenação, oposição e distinção envolvendo o Eu	Padrão de resposta rígido (especialmente fuga/esquiva).
<b>ACT (<i>self</i> como contexto)</b>	Causa fictícia	Modelação e modelagem da comunidade verbal levam à discriminação do próprio comportamento; e treino de múltiplos exemplares leva à abstração do Eu, que atua como estímulo e variável contextual	Relação hierárquica das experiências envolvendo o Eu.	Não descritos.

Como pode ser observado na Tabela 1, um ponto de concordância entre as três conceituações do *self* é que todas rejeitam o caráter explicativo do termo, colocando-o como um exemplo de causa fictícia mentalista: *self* como instância interna que origina comportamentos e, portanto, de difícil controle e manipulação.

Todas argumentam que o *self* é produto de uma história de aprendizagem social – mais precisamente, da discriminação do próprio comportamento a partir do modelo e do reforçamento diferencial oferecido pela comunidade verbal. As conceituações da FAP e da ACT expandem a concepção Skinneriana,

incluindo a abstração do Eu como elemento essencial durante o processo. A literatura da ACT, por sua vez, oferece mais informações a respeito do processo responsável pela abstração (treino de múltiplos exemplares) e seu resultado (“Eu” como estímulo e variável contextual).

Do outro lado, não há um consenso entre as formulações a respeito das contingências situacionais que evocam as respostas de *self*. A maior aproximação possível é entre a segunda conceituação Skinneriana (1991/1989), que propõe o conceito de *self* como uma tendência de respostas encobertas observadas pelo próprio indivíduo, o ponto de vista da FAP, que também considera os eventos privados, e o conceito de *self* como processo da ACT, definido pela discriminação e descrição que o sujeito faz a partir de sua experiência privada no momento presente. Tais conceituações refletem um indivíduo que está respondendo diferencialmente ao próprio comportamento.

Porém o conceito de *self* como conteúdo e *self* como contexto da ACT e a primeira caracterização do *self* por Skinner diferem das demais e entre si. O senso de *self* como conteúdo e o senso de *self* como contexto descrevem uma relação em que o indivíduo está respondendo a relações verbais construídas entre o Eu e o próprio comportamento – no primeiro caso, nas relações de coordenação, oposição e distinção (“Isso sou eu/ Isso não sou eu”) e, no segundo, de hierarquia (“Isto faz parte de mim”). Já a primeira conceituação de *self* do Skinner de 1953 descreve padrões de comportamento publicamente observáveis.

Por fim, cada uma das conceituações do *self* traz consigo a possibilidade de problemas psicológicos característicos relacionados ao Eu, sendo que todas

elas pontuam o papel da comunidade verbal e do desenvolvimento ontogenético do indivíduo como fator principal para um desenvolvimento de *self*. Com base na literatura abordada, é possível distinguir três categorias diagnósticas funcionais (Hayes & Follette, 1992) relacionadas ao senso de *self*, isto é, padrões de interação entre o indivíduo e o ambiente descritos em termos de relações funcionais e princípios comportamentais básicos. Essas categorias serão explicadas com base nos exemplos clínicos fictícios a seguir.

#### *Categoria 1: discriminação deficitária da resposta encoberta*

Chegando ao consultório, Paulo logo relata todos os eventos que ocorreram durante a semana: a briga que teve com a esposa, a cobrança do chefe, a festa com os amigos. Entretanto, ao ser indagado pelo terapeuta sobre o que estava sentindo durante essas situações, sua resposta habitual é “não sei”. Quando ele está conversando sobre a briga com sua esposa, o tom de voz elevado de Paulo, sua inquietação, suas falas que culpam e criticam a parceira e sua expressão facial raivosa são nítidos para o terapeuta. Porém, ao ser questionado sobre seus sentimentos naquele momento, novamente Paulo revela-se incapaz de responder à pergunta.

As conceituações de Skinner e dos autores da FAP e da ACT sugerem que cuidadores ausentes ou não sensíveis aos comportamentos públicos que sinalizam eventos privados do indivíduo prejudicam o processo de discriminação do próprio comportamento e, conseqüentemente, a formação da experiência de *self* adequada. No caso, Paulo é pouco consciente de seu comportamento, não possuindo o repertório adequado para discriminar e, logo, expressar seus eventos privados de maneira satisfatória para o seguimento da terapia.

Nesse caso, o terapeuta pode optar por realizar um treino discriminativo em sessão, utilizando a relação terapêutica e o poder evocativo do ambiente terapêutico para, assim, ensinar Paulo a discriminar sua experiência por meio da inferência de seus eventos privados e modelagem da expressão deles em sessão.

### *Categoria 2: discriminação da resposta encoberta sob controle da audiência pública*

Ana buscou a terapia após o fim de um namoro. Ela relata de maneira emocionada o amor que sente pelo ex-namorado e não entende o porquê do término. Ao falar sobre seus antigos relacionamentos, ela descreve que sempre se doou muito nas relações, fazendo tudo pelo outro. Também disse que mudava muito com cada parceiro: adotou um estilo de vida atlético, de academia e esporte, com o primeiro namorado; de drogas e conversas filosóficas com o segundo; de cuidado e dona-de-casa com o último.

O entendimento do *self* pelos autores da FAP sugere a existência de um senso de *self* público no caso de Ana e, portanto, muito sensível à audiência (no caso, os namorados). Isso é corroborado pelo fato de que, em sessão, Ana sempre concorda com as interpretações do terapeuta, aparenta muito entusiasmo em fazer qualquer atividade proposta por ele e demonstra cuidado, atenção e preocupação excessiva com a opinião do terapeuta a respeito dela. Ao identificar os comportamentos descritos acima como instâncias de comportamentos clinicamente relevantes (Kohlenberg & Tsai, 1991), o terapeuta pode modelá-los na interação terapêutica e, então, favorecer a sua generalização para fora do consultório, na interação com outros parceiros e pessoas do seu convívio social. Nesse sentido, o

objetivo final poderia ser de que Ana aumentasse sua capacidade de discriminação dos eventos encobertos diante de diferentes contingências, sem necessitar da aprovação e confirmação das outras pessoas, bem como conseguisse emitir mandos e tatos sob controle de reforçadores específicos dela e não da audiência pública como, por exemplo, os namorados.

### *Categoria 3: classificação e rigidez do conceito de self*

Marcos informou ao terapeuta, logo no primeiro encontro, que sofria de depressão havia anos e que, por isso, não tinha ânimo para nada e raramente saía do seu quarto. Após algumas sessões, o terapeuta solicitou a Marcos que selecionasse uma atividade que costumava lhe trazer satisfação e tentasse fazer alguma pequena atividade nesse sentido. Sem permitir que o terapeuta terminasse o raciocínio, Marcos o interrompeu e disse que não ia conseguir fazer nada porque a depressão o impedia e que era inútil tentar, pois só iria fracassar. A mesma interação se repetiu nas sessões seguintes.

O caso de Marcos mostra como a construção de algumas relações simbólicas em função da sua história prévia (*Eu* em coordenação com *depressão*; *depressão* em oposição à *realização de atividades*) pode atuar como uma barreira para o tratamento. Por meio dessas relações verbais, o *Eu* torna-se oposto à *realização de atividades*, exacerbando a esquiva de Marcos ao ponto em que ele evita qualquer tarefa. No caso, temos um senso de *self* como conteúdo que leva a padrões rígidos e pouco efetivos. Nessa situação, terapeutas ACT podem buscar favorecer o senso de *self* como processo e como contexto, de modo a minimizar o impacto negativo do senso de *self* como conteúdo,

isso é, as transformações de função e as respostas problemáticas e rígidas decorrentes desse processo (Luoma et al., 2007; Hayes et al., 2012).

Em terapia, o senso de *self* como processo é desenvolvido a partir da observação e da descrição verbal do cliente de sua própria experiência no momento em que ela ocorre, muitas vezes favorecidas por práticas de *mindfulness*. Um exemplo dessas práticas envolve pedir que o cliente feche seus olhos e atente para seu corpo, uma parte de cada vez, buscando observar sensações corpóreas como conforto/desconforto, relaxamento/tensão, calor/frio, textura da roupa e da poltrona em sua pele, batimento cardíaco, respiração. Caso sua atenção se volte para outros aspectos do ambiente (e.g., ruído externo, seus pensamentos), ele deve simplesmente retornar o foco para o seu corpo. Após a prática, deve descrever essas sensações para o terapeuta (Luoma et al., 2007; Hayes et al., 2012). Com isso, aumenta-se a probabilidade de que o cliente responda aos seus eventos privados e não a relações verbais construídas sobre o Eu.

Já o senso de *self* como contexto é desenvolvido por intervenções que permitam ao indivíduo entrar em contato com a constância da experiência do Eu à despeito da mudança no conteúdo psicológico (ações, pensamentos, sentimentos) e, dessa forma, compreender que o Eu é maior do que essa experiência. Em outras palavras, que essas experiências psicológicas fazem parte do Eu, mas não são equivalentes ao Eu: uma relação simbólica de hierarquia, e não de coordenação (Törneke et al., 2016). Isso pode ser feito, por exemplo, por meio de exercícios de imaginação dirigida que levam o cliente a lembrar de situações diversas de seu passado, desde sua infância até o momento presente, e reviver os sentimentos, pensamentos e

tendências comportamentais que experienciou. Após a imaginação, deve distinguir entre essas experiências e a pessoa que as estava vivenciando (Luoma et al., 2007; Hayes et al., 2012).

Vale destacar que a ACT não tem como objetivo que o cliente sempre responda ao senso de *self* como contexto, mas, sim, que ele seja capaz de alternar entre esses *selves* de modo flexível. Por exemplo, o senso de *self* como conteúdo é provavelmente a maneira mais efetiva de se apresentar para um desconhecido (“Olá, sou Mateus, engenheiro, brasileiro, não gosto de pagode, gosto de cerveja”). Já o senso de *self* como processo facilita descrever o que está sentindo no momento e, com isso, promover mudanças no meio social (“Eu me sinto triste quando você ignora as minhas mensagens”). Por fim, o senso de *self* como contexto pode auxiliar o indivíduo que esteja preso em um padrão comportamental em um ambiente que exige variabilidade em seu repertório (pessoa descrita como tímida que necessita dar ordens no seu trabalho).

## CONCLUSÃO

Enquanto disciplina científica, a Análise do Comportamento deve almejar expandir seu escopo de investigação e aumentar sua precisão conceitual. Ao tratar do *self*, um tema usualmente pertencente ao âmbito de outras abordagens psicológicas e da linguagem cotidiana, os autores da área demonstram um interesse claro em expandir seu objeto de estudo para outros fenômenos humanos. Entretanto isso deve ser feito de modo coerente com o arcabouço filosófico-teórico-conceitual da Análise do Comportamento.

Essa não é uma tarefa fácil ou rápida, uma vez que não é uma simples questão de emprestar ou

traduzir conceitos de outras áreas. Como um conceito mentalista, Skinner rejeitou qualquer caráter explicativo do *self*. Mas, entendendo o senso de *self* como uma experiência psicológica frequentemente descrita, válida e direcionando sua atenção para as contingências que o produzem, o autor abriu o caminho para uma investigação analítico-comportamental do fenômeno. Seu entendimento de que o indivíduo respondia ao seu comportamento nessas situações – e, especialmente, sua reformulação envolvendo eventos privados – permitiu a ampliação do estudo do *self* por autores da FAP e da ACT. Apesar das diferenças nas discussões a respeito do *self* por esses autores, a identificação de pontos congruentes, como esboçada no presente artigo, favorece a precisão do conceito, permitindo sua inclusão no vocabulário de analistas do comportamento, promovendo maior clareza de atuação e intervenção clínica para as situações em que há comprometimento e/ou falhas no desenvolvimento do *self*.

## REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed.
- Barnes-Holmes, Y., Barnes-Holmes, D., Roche, B., & Smeets, P. M. (2001). Exemplar training and a derived transformation of function in accordance with symmetry. *The Psychological Record*, 51(2), 287. doi:10.1007/BF03395400
- Bordieri, M. J., Kellum, K. K., Wilson, K. G., & Whiteman, K. C. (2015). Basic properties of coherence: Testing a core assumption of relational frame theory. *The Psychological Record*, 66(1), 83-98. doi:10.1007/s40732-015-0154-z
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição* (4<sup>th</sup> ed.). Porto Alegre: Artmed. (Original work published 1998).
- Dymond, S., & Barnes, D. (1994). A transfer of self-discrimination response functions through equivalence relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 62(2), 251-267. doi:10.1901/jeab.1994.62-251
- Dymond, S., & Barnes, D. (1995). A transformation of self-discrimination response functions in accordance with the arbitrarily applicable relations of sameness, more than, and less than. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 64(2), 163-184. doi:10.1901/jeab.1995.64-163
- Dymond, S., & Barnes, D. (1996). A transformation of self-discrimination response functions in accordance with the arbitrarily applicable relations of sameness and opposition. *The Psychological Record*, 46(2), 271. doi:10.1901/jeab.2007.22-07
- Dymond, S. & Roche B. (2013). *Advances in relational frame theory and contextual behavioral science*. Oakland: New Harbinger.
- Foody, M., Barnes-Holmes, Y., Barnes-Holmes, D., & Luciano, C. (2013). An empirical investigation of hierarchical versus distinction relations in a self-based ACT exercise. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 13(3), 373-388.
- Foody, M., Barnes-Holmes, Y., Barnes-Holmes, D., Rai, L., & Luciano, C. (2015). An empirical investigation of the role of self, hierarchy, and distinction in a common ACT exercise. *The Psychological Record*, 65(2), 231-243.

- Freud, S. (1996). *O ego e o id*. Rio de Janeiro: Imago. (Original work published 1923).
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4<sup>th</sup> ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Gould, E., Tarbox, J., O’Hora, D., Noone, S., & Bergstrom, R. (2011). Teaching children with autism a basic component skill of perspective-taking. *Behavioral Interventions*, 26(1), 50-66. doi:10.1002/bin.320
- Guilhardi, H. J. (2001). Com que contingências o terapeuta trabalha em sua atuação clínica. In R. A. Banaco (Org.). *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista*, 1, 32-337. São Paulo: ARBytes.
- Hayes, S. C. (2004). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Therapy*, 35(4), 639-665. doi:10.1016/S0005-7894(04)80013-3
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001). *Relational frame theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press.
- Hayes, S. C., & Follette, W. C. (1992). Can functional analysis provide a substitute for syndromal classification? *Behavioral Assessment*, 14(3-4), 345-365 doi:10.1016/j.jcbs.2014.02.002
- Hayes, S. C., Sthosahl, K. D., & Wilson, K. G. (2012). *Acceptance and Commitment Therapy: The process and practice of mindful change* (2<sup>nd</sup> ed.). New York, London: The Guilford Press.
- Heagle, A. I., & Rehfeldt, R. A. (2006). Teaching perspective-taking skills to typically developing children through derived relational responding. *Journal of Early and Intensive Behavior Intervention*, 3(1), 1. doi:10.1037/h0100321
- Kanter, J., Parker, C., & Kohlenberg, R. J. (2001). Finding the self: A behavioral measure and its clinical implications. *Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 38, 198-211. doi:10.1016/j.janxdis.2010.10.006.
- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (1991). *Functional Analytic Psychotherapy: A guide for creating intense and curative therapeutic relationships*. New York: Plenum.
- Kohut, H. (1988). *Análise do Self*. Rio de Janeiro: Imago. (Original work published 1971).
- Lattal, K. A. (1975). Reinforcement contingencies as discriminative stimuli. *Journal of the Experimental Analyses of Behavior*, 23, 241-246. doi:10.1901/jeab.1975.23-241
- Luciano, C., Ruiz, F. J., Vizcaíno-Torres, R. M., Sánchez, V., Gutiérrez-Martínez, O., & López-López, J. C. (2011). A relational frame analysis of defusion interactions in acceptance and commitment therapy: A preliminary and quasi-experimental study with at-risk adolescents. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 11(2), 165-182. Retrieved from <http://www.ijpsy.com/volumen11/num2/291.html>
- Luoma, J. B., Hayes, S. C., & Walser, R. D. (2007). *Learning ACT: An acceptance & commitment therapy skills-training manual for therapists*. Oakland: New Harbinger Publications.



- Meyer, S. B., Villas-Bôas, A., Franceschiniet, A. C. T., Oshiro, C. K. B., Kameyama, M., Rossi, P. R., & Mangabeira, V. (2015). *Terapia analítico-comportamental: Relato de casos e de análises*. São Paulo, SP: Paradigma Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento.
- Moore, J. (2008). *Conceptual foundations of radical behaviorism*. Cornwall-on-Hudson, New York: Sloan.
- O'Neill, J., & Weil, T.M. (2014). Training deictic relational responding in people diagnosed with schizophrenia. *The Psychological Record*, 64(2), 301-310. doi:10.1007/s40732-014-0005-3
- Pérez-Álvarez, M. (2006). La terapia de conducta de tercera generación. *Edupsykhé*, 5(2), 159-172. Retrieved from <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2147830>
- Perls, F., Hefferline, R. F., & Goodman, P (1997). *Gestalt-Terapia*. São Paulo: Summus. (Original work published 1951).
- Pliskoff, S. S., & Goldiamond, I. (1966). Some discriminative properties of the fixed ratio performance in the pigeon. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 9(1), 1-9. doi:10.1901/jeab.1966.9-1
- Quiñones, J. L., & Hayes, S. C. (2014). Relational coherence in ambiguous and unambiguous relational networks. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 101(1), 76-93. doi:10.1002/jeab.67
- Rehfeldt, R. A., & Barnes-Holmes, Y. (2009). *Derived relational responding: Applications for learners with autism and other developmental disabilities*. Oakland, CA: New Harbringer Publications, Inc.
- Rogers, C. R. (1982). *Tornar-se pessoa* (M. J. C. Ferreira, Trans.). São Paulo: Martins Fontes. (Original work published 1961).
- Sidman, M. (2000). Equivalence relations and the reinforcement contingency. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 74, 127-146. doi:10.1901/jeab.2000.74-127
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52(5), 270-277. doi:10.1002/jeab.214
- Skinner, B. F. (1991). *Questões recentes na análise do comportamento* (A. L. Néri, Trans.). Campinas, SP: Papirus. (Original work published 1989.)
- Skinner, B. F. (2000). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trans.). São Paulo: Martins Fontes. (Original work published 1953.)
- Skinner, B. F. (2006). *Sobre o behaviorismo*. (M. P. Villalobos, Trans.). São Paulo: Cultrix. (Original work published 1974).
- Skinner, B. F. (2009). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trans.). São Paulo: Cultrix/EDUSP. (Original work published 1974).
- Stewart, I. (2013). A recent behaviour analytic approach to the self. *European Journal of Behavior Analysis*, 14(2), 271-283. doi:10.1080/15021149.2013.11434460
- Swann, W. B., & Read, S. J. (1981a). Self-verification processes: How we sustain our self-conceptions. *Journal of Experimental Social Psychology*, 17(4), 351-372. doi:10.1016/0022-1031(81)90043-3

- Swann, W. B., & Read, S. J. (1981b). Acquiring self-knowledge: The search for feedback that fits. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41(6), 1119-1128. doi:10.1177/0146167203261882
- Törneke, N., Luciano, C., Barnes-Holmes, Y., & Bond, F. W. (2016). RFT for Clinical Practice. *The Wiley handbook of contextual behavioral science*, 254-272. doi:10.1002/9781118489857
- Tsai, M., Kohlenberg, R.J., Kanter, J., Kohlenberg, B., Follette, W., & Callaghan, G. (2008). *A guide to functional analytic psychotherapy: Awareness, courage, love and behaviorism*. New York: Springer.
- Tsai, M., Kohlenberg, R. J., Kanter, J. W., Kohlenberg, B., Follete, W. C., & Callaghan, G. M. (2011). *Um guia para a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP): Consciência, coragem, amor e behaviorismo* (F. Conte & M. Z. Brandão, Trans.). Santo André, SP: Esetec. (Original work published 2009).
- Villatte, M., Villatte, J. L., & Hayes, S. C. (2016). *Mastering the clinical conversation: Language as intervention*. New York, NY: Guilford Press.
- Weil, T. M., Hayes, S. C., & Capurro, P. (2011). Establishing a deictic relational repertoire in young children. *The Psychological Record*, 61(3), 371. doi:10.1007/BF03395767.
- Wray, A. M., Dougher, M. J., Hamilton, D. A., & Guinther, P. M. (2012). Examining the reinforcing properties of making sense: A preliminary investigation. *The Psychological Record*, 62(4), 599. doi:10.1007/BF03395823

Recebido em 05/06/2017  
Revisado em 29/09/2017  
Aceito em 29/09/2017